



PREJULGADO DE TESE Nº 010, de 30 de abril de 2015.

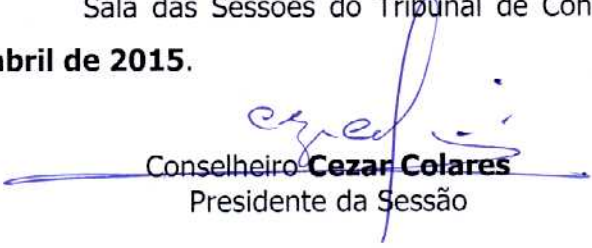
RESOLUÇÃO Nº 11.857

Processo nº 201504184-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. ADMISSIBILIDADE. ALTERAÇÃO POR MEIO DE LEI ESPECÍFICA DE ÍNDICE INFLACIONÁRIO UTILIZADO PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS NO MUNICÍPIO. VINCULAÇÃO ESTRITA AO ATO LEGAL DE CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 29, V E VI; ART. 37, X, XI E XII; ART. 51, IV E ART. 61, §1º, II, ALÍNEA A, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI Nº 084/2012 DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** em tese, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório, voto e Resolução da Conselheira Relatora prolatada às **fls. 12-19** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **30 de abril de 2015**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José e Sérgio Leão; Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

Processo n.º: 201504184-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: José Paulo de Lira Júnior

RELATÓRIO

JOSÉ PAULO DE LIRA JÚNIOR, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/02), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde expôs situação fática, em tese, relativa à possibilidade de alteração, por meio de lei específica, da redação existente na lei anterior, que adotava como índice para atualização da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, com base na revisão geral anual, o IGP-M, passando a vigorar o INPC.

Com base nesta premissa, requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto as seguintes questões:

- a) É possível mudar o índice de uma Lei anterior (ato fixador) do Chefe do Poder Executivo, de IGPM para INPC?*
- b) Em caso positivo, em relação à consulta supramencionada ao Poder Executivo, as Câmaras Municipais que fazem seus atos fixadores, através de Resolução, podem fazer, numa mesma legislatura, uma emenda modificativa a Lei anterior alterando o seu índice, isto é, de IGPM para INPC?*

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **18.03.15** (fl. 11 - verso), onde após realizar a admissão da presente consulta, dada sua adequação, aos termos do **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012** c/c art. 298, I a IV, do RITCM-PA, realizei análise e manifestação, considerando os precedentes, em

Assinado



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

matéria de subsídios, constantes neste TCM-PA, destacadamente nos termos da Instrução Normativa n.º 004/2015.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, verificada a regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, a teor dos dispositivos mencionados, uma vez que formulada em tese, por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, cabe inicialmente destacar que a fixação de subsídios aos agentes políticos, bem como a revisão destes valores, estão devidamente regulamentadas pela Constituição Federal, no que destaco o **art. 29, V e VI¹; art. 37, X, XI e XII²; art. 51,**

¹ **Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos.

² **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

IV³ e art. 61, §1º, II, alínea a⁴, transcritos em nota de rodapé, dada sua pertinência temática.

Nos termos da transcrita normatização constitucional, cumpre-me buscar a distinção de cada instrumento e sua correta formalização, de acordo com o objetivo inculcado, a qual já traçada, em linhas mais didáticas, a quando da apreciação dos autos do Processo n.º 201407792-00 (Consulta da Câmara Municipal de Vitória do Xingu), nos seguintes termos:

| | OBJETO | ATO | COMPETÊNCIA | FUNDAMENTAÇÃO |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| ATOS DE FIXAÇÃO | Fixação dos subsídios de Prefeitos, vice-Prefeitos e Secretários Municipais. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 29, V, da CF/88. |
| | Fixação dos subsídios dos Vereadores. | LEI ESPECÍFICA ou RESOLUÇÃO | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 29, VI, da CF/88. |
| | Fixação da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa do Chefe do Executivo Municipal. | Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88. |
| | Fixação da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88. |
| ATOS DE REVISÃO | Revisão dos subsídios de Prefeitos, vice-Prefeitos e Secretários Municipais. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 37, X, da CF/88. |
| | Revisão dos subsídios dos Vereadores. | LEI ESPECÍFICA ou RESOLUÇÃO | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 37, X, da CF/88. |
| | Revisão da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa do Chefe do Executivo Municipal. | Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88. |
| | Revisão da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal. | LEI ESPECÍFICA | Prerrogativa da Câmara Municipal. | Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88. |

³ Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

⁴ Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

marcelo



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

Das indicações acima pontuadas, emergem alguns paradigmas que entendo como fundamentais, para compreensão das prerrogativas legislativas e dos instrumentos normativos exigidos, tal como seguem:

- a) A revisão geral anual, tal como prevista pela Constituição Federal, importa na observância do limite estabelecido na recomposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, no que qualquer valor que ultrapasse tal limite importa em aumento real, o que é vedado aos agentes políticos, no curso da legislatura.
- b) Dada sua vinculação à recomposição de perdas inflacionárias, o Ato legal que vier a instituir a revisão geral anual, **deverá conter precisamente o período de apuração e o índice oficial aplicado**, sob pena de glosa da despesa e possibilidade de rejeição da prestação de contas.
- c) O **art. 37, X, da CF/88** exige expressamente que, para recomposição das perdas inflacionárias (revisão geral) devidas aos servidores públicos do executivo e legislativo, bem como para os agentes políticos do executivo, que a mesma seja instituída por meio de Lei Específica, a qual se excepciona aos *Edis*, dada a aplicação do princípio da simetria das formas, dada a possibilidade de fixação dos seus subsídios, por meio de Resolução.
- d) Com base nos princípios da harmonia e independência entre os poderes públicos municipais, compete a cada um a propositura de Lei para aplicação da revisão geral anual aos servidores a ele vinculados, ou seja, caberá ao Chefe do Executivo a propositura de Lei que altere os vencimentos de seus servidores, enquanto que para os servidores do Poder Legislativo, a prerrogativa na propositura de Lei é da Câmara Municipal, sendo exigido, em ambos os casos, a utilização de lei em sentido estrito, em respeito à exigência do **art. 37, X, da CF/88**.

Assinado



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

- e) Quanto à fixação dos subsídios dos vereadores e a incidência da revisão geral anual, respeitados os demais limites constitucionais, dada sua prerrogativa legislativa, poderá o mesmo ser feito através de lei específica ou de Resolução, sendo que, no caso da revisão, esta fica limitada e condicionada à prévia concessão aos demais servidores do legislativo municipal.
- f) Quanto à fixação dos subsídios dos agentes políticos do executivo municipal, dado a expressa previsão constitucional (**Art. 29, V, da CF/88**), assiste competência privativa à Câmara Municipal, acerca da prerrogativa para proposição de Lei, razão pela qual, utilizando-se do princípio da simetria das formas, a concessão da revisão geral anual, igualmente deverá ser operacionalizada por meio de proposta de Lei, oriunda da Câmara Municipal, a qual deverá respeitar os índices e datas estipulados pela norma legal que conceder tal revisão aos servidores públicos do executivo municipal.
- g) Tendo em vista a competência da Câmara Municipal, para proposição de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do executivo municipal, caberá ao Legislativo previamente oficialiar ao Chefe do Executivo, com vistas à aferição de capacidade orçamentária/financeira para a mesma majoração, evitando-se que os valores atualizados, ainda que em consonância com a revisão geral aplicada aos servidores do executivo, possa trazer implicações quanto ao descumprimento de limites de gastos com pessoal.
- h) Considerando a diversidade de prerrogativas para iniciativa do projeto de lei que aplique a revisão geral anual aos agentes políticos do Executivo Municipal e dos servidores daquele Poder Municipal, fica vedada a utilização do mesmo instrumento legal para aplicação da recomposição inflacionária aos indicados agentes e aos demais servidores do executivo.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857

Traçadas tais premissas, passo a analisar, especificamente, a questão do índice de reajuste a ser aplicado a quando das revisões gerais anuais, tal como questionado pelo Consulente.

Tal como declinado, a revisão geral anual segue a regra insculpida no art. 37, X, da CF/88, ou seja, somente será possível sua concessão aos agentes políticos, quer sejam vinculados ao executivo, quer sejam vinculados ao legislativo, por intermédio de lei específica, adotando-se, obrigatoriamente, os mesmos índices, período de apuração e datas revisórias, da revisão concedida aos servidores públicos de cada esfera do Poder Municipal.

Resta, portanto, que ainda que seja declinada, em Lei Municipal e/ou Resolução a possibilidade/previsibilidade da revisão geral anual aos agentes políticos, seguindo o comando normativo da Constituição Federal, está só poderá ser concedida quando precedida de igual ato que conceda a revisão geral anual aos servidores públicos, de maneira linear e sem distinções.

Assim, nos termos da própria Constituição Federal, ainda que previamente indicado o índice de reajuste a ser adotado aos agentes políticos do Executivo Municipal, na lei que fixou os subsídios para o quadriênio subsequente, para a concessão da revisão geral anual, aos mesmos, deverá ser aprovada lei específica da revisão geral anual, de iniciativa da Câmara Municipal, a qual deverá observar a compatibilidade de índices, datas e período de apuração, ao reajuste concedido pelo Chefe do Executivo, aos servidores daquele Poder, com base na revisão geral anual.

Tal entendimento é ainda mais sólido quando verificado o princípio da hierarquia das normas, onde a Lei Municipal não poderá se sobrepor à Constituição Federal, pelo que, em verdade, deverá a primeira estar em simetria e compatibilidade com a segunda.

Tecidas tais considerações, com vistas à resposta objetiva do questionamento apresentado pelo Consulente, pontuo-a, nos seguintes termos:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.857


01 – A recomposição das perdas inflacionárias, devida aos agentes políticos do executivo municipal (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), deverá ser procedida por meio de Lei Específica, cuja prerrogativa legislativa está assentada junto à Câmara Municipal, a qual deverá observar fielmente as datas e índices estabelecidos pela Lei Municipal que conceder a revisão remuneratória aos demais servidores vinculados ao Executivo Municipal, em tudo atendidos os preceitos instituídos pelo **art. 37, X c/c art. 29, V, ambos da CF/88**.

02 - A recomposição das perdas inflacionárias, devida aos agentes políticos do legislativo municipal (Vereadores), deverá ser procedida por meio de Lei Específica ou Resolução, cuja prerrogativa legislativa está assentada junto à Câmara Municipal, a qual deverá observar fielmente as datas e índices estabelecidos pela Lei Municipal que conceder a revisão remuneratória aos demais servidores vinculados ao Legislativo Municipal, em tudo atendidos os preceitos instituídos pelo **art. 37, X c/c art. 29, VI, ambos da CF/88**

Por fim, destaco que para todas as hipóteses de revisão geral anual, aqui declinadas, deverão estar atentos os respectivos ordenadores de despesas, aos demais limites remuneratórios previstos aos agentes políticos, a qual serve como patamar máximo para qualquer revisão, bem como os demais impactos decorrentes com as despesas de pessoal, apuráveis ao final de cada exercício, a quando do julgamento das prestações de contas.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **30 de abril de 2015**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora